**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

CARLOS ANDRÉ SILVA LIMA

**JUIZ DAS GARANTIAS: UMA ANÁLISE ACERCA DA SUA
APLICABILIDADE NAS INVESTIGAÇÕES JUDICIAIS**

**CAIAPÔNIA - GOIÁS
2022**

CARLOS ANDRÉ SILVA LIMA

**JUIZ DAS GARANTIAS: UMA ANÁLISE ACERCA DA SUA APLICABILIDADE
NAS INVESTIGAÇÕES JUDICIAIS**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Esp. Yan Keve Ferreira Silva

CAIAPÔNIA – GOIÁS

2022

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	3
2 PROBLEMA	3
3 HIPÓTESES	3
4 JUSTIFICATIVA	4
5 REVISÃO DE LITERATURA	5
5.1 AS FORMAS DE SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS	5
5.1.1 Sistema acusatório	5
5.1.2 Sistema inquisitório	6
5.1.3 Sistema misto	6
5.2 CONCEITO GERAL DE JUIZ DAS GARANTIAS	7
5.2.1 Juiz das garantias e a fase pré processual.	7
5.2.2 Juiz das garantias e a reserva de jurisdição.	8
5.2.3 Juiz das garantias e o princípio da inércia.	9
5.3 O JUIZ DAS GARANTIAS E SUA FUNÇÃO NOS PROCESSOS	10
5.3.1 Juiz das garantias: imparcialidade x impunidade.	11
5.3.2 A figura do juiz das garantias no processo penal brasileiro.	12
6 OBJETIVOS	13
6.1 OBJETIVO GERAL	13
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
7 METODOLOGIA	14
8 CRONOGRAMA	15
9 ORÇAMENTO	16
REFERÊNCIAS	17

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

O surgimento na legislação da figura do Juiz das garantias, veio a ser celebrado em 24 de dezembro de 2019 pela lei nº13.964/2019, conhecida como “pacote anticrime”. De acordo com a legislação ele é o responsável pela salvaguarda dos direitos dos acusados e pela legalidade na fase de investigação criminal.

Este estudo tem por finalidade estudar a figura do juiz das garantias em relação aos processos investigativos, a fim de classificar sua função, diretriz e atuação nos processos legais. Diante do tema, muitas polêmicas têm surgido, proporcionando interpretações por vezes deslocadas acerca da realidade do protagonismo do juiz das garantias, como também do juiz de primeiro grau, dificultando assim, uma clareza sobre todas as fases processuais, desde a primeira fase do inquérito até a última fase, percebendo a descentralização da figura do juiz e a manifestação funcional do juiz das garantias. Dessa forma, delimita-se o presente estudo em: Juiz das garantias: Uma análise acerca da sua aplicabilidade nas investigações judiciais.

2 PROBLEMA

Diante da seguinte temática, segue a problemática: Dentro do processo legal, qual o impacto trazido pelo Juiz de Garantias?

3 HIPÓTESES

Sendo assim, a questão relacionada à problemática acerca da função do juiz de garantias, segue as seguintes hipóteses:

- A atuação da figura do juiz das garantias no desenvolvimento da investigação pode comprometer a decisão final do juiz responsável por conduzir o processo após a fase investigatória.
- O processo de responsabilidade do juiz das garantias envolvendo acordos de delação, julgamento de *Habeas Corpus* ou possível trancamento de inquéritos impede a autonomia do juiz singular de primeiro grau.

- O juiz das garantias pode dificultar o desenrolar do processo por conta da demora no fator análise das documentações, considerando a necessidade da celeridade processual.

4 JUSTIFICATIVA

Este projeto é relevante para o campo do direito justamente porque dá luz às questões de mudança acerca dos mecanismos do Código do Processo Penal, proporcionando um olhar mais preciso acerca da forma, atuação e classificação dessa mudança na prática jurídica brasileira. O grande objetivo da introdução desse personagem no cenário processual do nosso país seria a salvaguarda dos direitos do investigado e a garantia da imparcialidade e legalidade no momento do julgamento, já que a fase investigativa e a processual estariam a cargo de magistrados distintos.

Partindo do pressuposto de que a justiça brasileira tende a ser extensamente lenta, a atuação do juiz das garantias, dependendo dos mecanismos investigativos, pode fazer com que o resultado dessas investigações se torne mais lento, dificultando assim, todos os caminhos de proporcionalidade jurídica. Este projeto se apresenta também para o mundo jurídico como uma possibilidade de proximidade para os acadêmicos do Direito que percebem uma dificuldade na análise acerca da relevância da atuação do juiz das garantias nos processos penais.

A relevância social deste projeto classifica a necessidade de informar a sociedade acerca do conflito existente sobre o surgimento do juiz das garantias, na tentativa de minimizar as dúvidas sobre a forma de tramitação desse processo, com a intenção de proporcionar à população as pontuações e caracterizações jurídicas, a fim de não deixar a sociedade refém apenas da perspectiva midiática sobre a temática proposta. Portanto, com o intuito responder às dúvidas não de maneira exaustiva, será feito um estudo em livros, doutrinas, jurisprudências e jornais, com isso sendo possível alcançar resposta de hipóteses e objetivos traçados.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 AS FORMAS DE SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS

Para que possamos entender os sistemas processuais penais, primeiramente temos que saber o significado da palavra “sistema”, que no mundo jurídico é conhecida como um conjunto

de normas, coordenadas dentro do nosso ordenamento jurídico, como uma estrutura organizada. No ponto de vista de Paulo Rangel (2005, p. 97) “Os sistemas processuais penais são uma forma de atuação do Estado com a finalidade de instrumentalizar as penas e cumprimento de tais penas, levando em conta a justiça como bem maior”. É a transição, conforme Alvares (2013), de atribuição ao direito de punir da Sociedade para o Estado, entendendo o Estado como a entidade responsável pela correta aplicabilidade das leis. Sendo assim, classifica-se conforme exposto a seguir.

5.1.1 Sistema acusatório

Esse modelo de sistema tem por objetivo, conforme Avena (2015), priorizar as questões constitucionais que envolvem o acusado. Tem este título por entender que a aplicabilidade da justiça só deverá vir a existir caso haja acusação devida, partindo do pressuposto que, até que se possa confirmar qualquer acusação perante a lei, o indivíduo acusado é inocente, impossibilitando de limitar-lhe a liberdade.

Segundo Avena (2015, 1.2.1), o sistema acusatório “caracteriza-se pela distinção absoluta entre as funções de acusar, defender e julgar, que ficarão a cargo de pessoas distintas”. A base do sistema acusatório inclui a rigorosa observância das garantias constitucionais do acusado, pois o réu é sujeito de direitos. Chama-se acusatório porque, à luz deste sistema ninguém poderá ser chamado a juízo sem que haja uma acusação, assegurando ao acusado o contraditório e a ampla defesa, num procedimento (processo) público e oral. Nesse sistema se presume a inocência do réu e por esse fato, responde a acusação em liberdade. É típico de regimes democráticos, pois há paridade de armas, segundo o princípio da isonomia, havendo um órgão julgador imparcial, e partes em igualdade de condições, uma acusatória e outra na linha defensiva, na produção de provas dentre outros direitos.

No sistema acusatório, cabe ao juiz garantir as regras, salvaguardando a liberdade e os direitos, e cabe às partes apresentar as provas. Diferentemente do sistema inquisitorial, o sistema acusatório tem como características gerar um processo de partes em que entre o confronto do autor com o réu, termine com uma solução justa entre o caso penal. (LIMA, 2011, p.40).

5.1.2 Sistema inquisitório

O sistema inquisitório surgiu durante o período monárquico dos séculos XVI, XVII e XVIII com base a não permissão da ação de particulares, que não estão a cargo do Estado, de

interferir no ato de repressão ou contenção de delitos. O Estado toma apenas para si esta responsabilidade (RANGEL, 2005).

Surgiu nos regimes monárquicos e se aperfeiçoou durante o direito canônico, passando a ser adotado em quase todas as legislações europeias dos séculos XVI, XVII e XVIII. Surgiu com sustento na afirmativa de que não se poderia deixar que a defesa social dependesse da boa vontade dos particulares, já que eram estes que iniciavam a persecução penal no acusatório privado anterior. O cerne de tal sistema era a reivindicação que o Estado fazia para si do poder de reprimir a prática dos delitos, não sendo mais admissível que tal repressão fosse encomendada ou delegada aos particulares. (RANGEL, 2005).

Em se tratando do sistema inquisitório, as características se mostram um tanto mais, totalitário, concentrando, conforme Avena (2015), a função do juiz em acusar, defender e julgar, sem que haja a intervenção de algum órgão público que possa se manifestar.

5.1.3 Sistema misto

Na intenção de encontrar, nas palavras de Álvares (2013), uma mediação entre o sistema acusatório e inquisitório, o sistema misto se apresenta como uma tentativa de equilibrar, validando questões constitucionais, porém não isenta a atuação do juiz de forma inquisitiva.

Segundo Alvares (2013), em sua monografia o Sistema Misto é modelo intermediário entre os dois sistemas anteriormente mencionados, pois há observância de garantias constitucionais (presunção de inocência, ampla defesa, contraditório), mas mantém alguns resquícios do sistema inquisitivo, como a faculdade de o juiz na iniciativa probatória (*ex officio*).

Em particularidades acerca das instrumentalizações dos sistemas processuais penais brasileiros, Oliveira (2015) afirma que o sistema processual acusatório é o mais aceito, tecnicamente falando, tanto pelos principais órgãos como, por exemplo o Supremo Tribunal Federal, assim como grande parte dos doutrinadores no Brasil.

5.2 CONCEITO GERAL DE JUIZ DAS GARANTIAS

A ideia geral que se entende sobre o termo conceito é, conforme Gil (2010), a percepção ou noção acerca de uma ideia designada. Nesse sentido, o conceito sobre a ideia acerca do juiz das garantias parte da compreensão que, superficialmente, a definição sobre o sentido da existência acerca do tema. O juiz das garantias, em se tratando de conceituação geral é, conforme Boschi (2012), responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e

pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário.

A qualidade do presente nos casos resguarda os direitos individuais e o cumprimento das regras, dando todos os cuidados possíveis no desenrolar do processo penal, como questões civis ou penais. É necessário entender que as decisões judiciais da fase pré-processual penal cabe ao juiz das garantias a responsabilidade de cuidar e manter em sigilo.

5.2.1 Juiz das garantias e a fase pré processual.

O juiz das garantias vai atuar na fase pré-processual, na qual o processo investigativo está sendo realizado, fazendo de forma funcional, exercer o controle da legalidade no decorrer do processo, analisando se os direitos do acusado estarão sendo lesados.

A figura do juiz das garantias e suas respectivas funções, se mostra relevante nas situações de distinguir de forma clara as fases do processo penal, para que não haja intromissão de uma fase em relação a outra, assegurando a ideia acerca da defesa dos direitos e suas particularidades em relação ao acusado, tomando consciência entre o investigado e a eficácia do processo legal, tendo em vista:

O Juiz das Garantias é responsável (civil, penal e administrativamente) pelo controle de legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário (reserva de jurisdição). (RANGEL, 2005, p. 78).

O juiz das garantias não é o presidente das investigações, mas compete a ele o processo legal para a continuidade do processo, controlando o máximo a legalidade. Com tudo ele vai acompanhar todo o processo de investigação, para assegurar a legalidade. O juiz das garantias não poderá ser o mesmo juiz de instrução e julgamento, e também não caberá a ele nenhum procedimento que é do exercício do juiz principal do processo.

5.2.2 Juiz das garantias e a reserva de jurisdição.

Questões relacionadas ao cuidado de reserva de jurisdição também é função do juiz das garantias. Situações ligadas diretamente ao investigado como interceptação telefônica, prisão temporária, prisão preventiva são investigadas pela atuação desta citada figura.

É necessário afirmar que o direito da figura investigada é de responsabilidade do juiz das garantias, pois na fase pré-processual a implementação deste juiz proporciona um possível equilíbrio acerca do cuidado para com a ação das partes, assim como a atuação da autoridade policial encarregada.

Na primeira fase da investigação preliminar, o juiz das garantias atua, conforme Boschi (2012), substituindo o juiz competente, que tinha como finalidade instruir e julgar todas as fases dos processos penais. Nesse processo de mudança, com a lei 13.964/19 entrando em vigor, a investigação preliminar torna-se prioridade para o juiz das garantias, lhe passando todas as competências que lhe são devidas.

É necessário entender que não é um caráter meramente substitutivo que é proposto, mas, sobretudo, um processo de intervenção para outra autoridade competente para vigorar, com a intenção de manter o máximo possível de imparcialidade. Tendo como análise a Lei 13.964/19, é importante analisar:

O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do Juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação”. Esse dispositivo apenas reafirma que a estrutura do processo penal brasileiro é acusatória e, como consequência natural, veda a iniciativa probatória do magistrado tanto em inquérito quanto em juízo, estando revogado o art. 156 do CPP (BRASIL, 2019).

A figura do juiz das garantias, na tentativa de facilitar a continuidade dos processos, como também não acumulando trabalhos em apenas uma figura, se apresenta como uma possibilidade para o equilíbrio das fases, gerando o mínimo possível de atritos e conflitos existentes entre as partes. Conforme afirma o Ministro Dias Toffoli:

Não se criou uma nova atividade dentro da estrutura do Poder Judiciário. A supervisão judicial da legalidade dos atos praticados nas investigações criminais e a proteção dos direitos fundamentais dos investigados são atividades já realizadas pelos juízes criminais do país. Faz-se necessário redistribuir o trabalho que antes competia ao mesmo juízo/Juiz. Trata-se de questão que passa mais por gestão judiciária e menos por criação ou provimento de cargos (TOFFOLI, 2020, s/p).

Por fim, a tentativa de entender a necessidade de existência da figura do juiz das garantias parte muito mais de uma questão administrativa dos processos do que algo necessariamente funcional. Instaurando a ação do juiz das garantias existe a possibilidade de uma organização mais eficaz dos processos penais.

5.2.3 Juiz das Garantias e o princípio da inércia.

A questão que sempre entra em discussão acerca do juiz das garantias está ligada à sujeição ao princípio da inércia defendido pela lei. Em se tratando, em termos de definição, o princípio da inércia e, conforme Cappelletti (1988), é proibido agir de ofício para o juiz, limitando o para a iniciativa da ação penal. A tentativa do princípio da inércia acerca do poder judiciário é a intenção de manter a imparcialidade do juiz em todas as fases do processo, fazendo com que sua atuação aguarde a provocação. O princípio da inércia entende que:

O princípio constitucional da inércia processual ou de jurisdição é aquele que se caracteriza pela proibição do Estado-Juiz de iniciar uma lide ou demanda em nome do sujeito de Direito, direito subjetivo a que todos é dirigido e é expresso por norma coagente. É o princípio dispositivo que informa que nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer. Impede que o magistrado instaure ex officio o processo. (SOUZA, 2020, p. 110).

Sendo assim, em relação ao juiz das garantias e o princípio da inércia, é necessário afirmar que o primeiro também se sujeita ao princípio da inércia, garantindo assim a atuação de sua função jurídica e seu distanciamento do objeto investigado.

5.3 O JUIZ DAS GARANTIAS E SUA FUNÇÃO NOS PROCESSOS

A figura do juiz das garantias tem sido motivo de muitas discordâncias e complicações interpretativas acerca da necessidade deste para o desenrolar dos processos investigativos. É necessário notar que a atuação do juiz das garantias não é algo inédito no mundo jurídico, pois, muitos países já usam deste meio para manifestar a atividade jurídica.

Aperfeiçoando a legislação penal e processual penal surge a , Lei nº 13.964, 24 de dezembro de 2019, esta que disciplinado dentro do famoso pacote de anticrime proposto pelo governo federal, apresenta a implementação e atuação do juiz das garantias como forma de auxiliar no desenvolvimento do processo investigativo. É necessário observar que em todo o desenrolar do processo, o juiz não anula a atividade de nenhuma das partes, mas, sobretudo, tem por finalidade promover facilidade no acesso às partes processuais e documentais que são extremamente necessárias.

A Lei 13.964 traz juntamente com a discussão explanada sobre o pacote anticrime, a figura do juiz das garantias como a mais discutida, tanto no parâmetro de investigação formal,

como exigências em concursos e protagonismos jurídicos. Partindo desse ponto, é necessário apresentar uma da situação aqui presente: a discussão acerca do juiz das garantias já existe jurisprudência encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, portanto, o tema proposto não é apenas uma discussão aberta em espaços acadêmicos simplesmente hipotéticos, mas sobretudo, algo que já acontece na prática, utilizando expressões que estão ligadas às lógicas interpretativas acerca da situação apresentada.

Segundo Machado (2020), outra situação, por se tratar de um tema muito recente, é importante entender a prioridade e compreender os artigos que tratam especificamente acerca da jurisprudência. Nas doutrinas existentes já se discute há muito tempo questões relacionadas à necessidade da figura do juiz das garantias em relação ao juiz principal do processo.

Machado (2020), fala que a discussão da função do juiz das garantias parte de duas questões que são perceptíveis na justiça brasileira. Uma dessas questões, trata-se da morosidade dos processos, pois existe uma demora demasiadamente observada, fazendo com que dificulte não só o julgamento, mas sobretudo a continuidade legal de todas as fases do processo. Outra situação que precisa ser classificada é que a impunidade dificulta a continuidade dos processos no Brasil.

A função do juiz das garantias deve servir como forma de intervenção nos processos legais de crimes, pelo motivo de assegurar os direitos do acusado, porém, torna-se um tanto conflitual o juiz das garantias, pois a existência do mesmo talvez dificulte a questão da celeridade nos processos. Em vez de acelerar os processos criminais, por exemplo, a existência deste juiz necessitaria, possivelmente, de uma nova instância para toda a elaboração e investigação, proporcionando assim, uma demora no resultado final de toda a execução dos processos legais.

5.3.1 Juiz das garantias: imparcialidade x impunidade

A crítica que se mantém com bastante frequência no âmbito jurídico acerca da existência do juiz das garantias parte da dificuldade de compreender a eficácia de sua atuação nos processos. Por um lado, a ideia de atuação do juiz das garantias tem a intenção de assegurar os direitos do acusado, entendendo que a imparcialidade é um princípio jurídico que precisa ser levado com a maior seriedade possível.

Machado (2020), no decorrer do processo, o juiz deve ser imparcial entre a acusação e a defesa, mantendo distanciamento das partes, proporcionando o máximo possível de tendência ou juízos de valor acerca do objeto analisado. Acontece que, na continuidade do processo acusatório, o juiz tem baseado na legislação brasileira, por meio de ofício, a elaboração de provas como forma de acelerar a continuidade do processo.

Machado (2020) acontece que, o juiz do processo, que tem a função de acompanhar a primeira fase do processo até a última, apresentando a sentença final, pode se posicionar de forma tendenciosa, dificultando assim a continuidade de imparcialidade da justiça. Nesse instante, a figura do juiz das garantias que atua na análise da investigação criminal, decidindo se acata ou não o inquérito. Nesse sentido, dois juízes atuariam no desenrolar do processo, mas o juiz das garantias seria responsável por observar, de forma distante toda a documentação do processo, como também, se preciso for, o trancamento do inquérito se não houver fundamento suficiente para a condenação.

Oliveira (2015), fala que o juiz deve ser imparcial na hora de tomar a decisão, deve deixar a sua preferência, e observar os fatos e informações para tomar a sua decisão. A imparcialidade nos processos, tendo em vista a atuação do juiz das garantias, além de proporcionar uma clareza sobre os fatos e provas apresentadas, distância o olhar total dos casos apresentados, mas poderia proporcionar o dimensionamento de tempo acerca do resultado final, contribuindo para a morosidade.

Ao observar sobre outra perspectiva, a saber, a ideia da morosidade, contraditório a existência do juiz das garantias, teóricos afirmam que, além de proporcionar lentidão no resultado final, algo que já é comum na justiça brasileira, a atuação do juiz das garantias entraria de confronto com alguns princípios constitucionais, além de dificultar a implementação da justiça de forma ágil e, dependendo do caso, de forma urgente.

5.3.2 A figura do juiz das garantias no processo penal brasileiro

O processo penal sempre passa por aprimoramentos e atualizações, pois conforme afirma Boschi (2012), não há nada que sobreviva ao tempo. Os processos penais também ficam velhos e perdem a sua aptidão, e portanto, necessitam de constante atualização para encontrar o máximo possível de ajustabilidade nos mais variados problemas sociais. As continuidades das regulações nos processos é algo comum em todos os lugares e carece de compreensão e atenção

nessas situações. No processo penal brasileiro não seria diferente, pois trata-se de questões culturais, sociais, econômicas e políticas que carecem dessa ajustabilidade contínua.

Por mais que as alterações e mudanças de uma constituição para outra sejam frequentes, muitos casos continuam, conforme Bottinni (2009), necessários à continuidade de mudança pois visavam questões sobre um código que tinha por finalidade o fortalecimento estatal. A característica inicial que apresenta a necessidade de ajuste, trabalha sobre a lógica, segundo Mendonça (2008), de modernizar à luz da nova ciência processual, baseada na constituição federal. Ao se tratar da necessidade de atualização e ajustabilidades:

De fato, era reconhecida a urgência da revisão do Código de Processo Penal. Dessa forma, entre outras, foram regradas materiais como a duração razoável do processo, as provas ilícitas, a prisão processual, os procedimentos, a celeridade, a eficiência, a simplicidade, tendo como norte o foco nos direitos e garantias individuais. (GARCIA, 2014, p. 139).

Sendo assim, a presença do juiz das garantias se mostra pela capacidade de articulação da necessidade de se posicionar a favor da causa, não diminuindo a figura do juiz principal. Esse processo de inclusão do juiz das garantias acompanha a necessidade que todo Estado apresenta de atualização ao Código de Processo Penal que se mostra desgastado no decorrer do tempo.

A permanência de sua intromissão nos processos legais é de fortalecer ainda mais a garantia dos direitos fundamentais, utilizando o controle da legalidade e da investigação, conforme Capez (2012), mantendo preservados os direitos individuais, afinal, o juiz das garantias não é o juiz titular, e portanto, se manterá íntegro necessariamente e exclusivamente às prioridades que o código do processo penal lhe exige.

O artigo 3º da Lei 13964/19 apresenta com maior clareza o papel do juiz de garantias diante do processo penal brasileiro. Como afirma Capez (2012), a forma de atuação do juiz de garantias não dificulta a atividade legal do juiz principal na continuidade da investigação, podendo sempre dispor do trabalho da autoridade policial como também do ministério público para o acompanhamento das investigações. A continuidade das divergências que sempre estão à disposição acerca da figura do juiz de garantias parte também da dificuldade de entender se a quantidade de vantagens é maior do que as desvantagens apresentadas no processo legal.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as questões que envolvem a figura do juiz das garantias e suas funções no que diz respeito às respectivas responsabilidades diante o Código de Processo Penal.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apontar diretrizes, baseadas na Constituição Federal, que permite a possibilidade de atuação do juiz das garantias nos processos legais.
- Apresentar um possível meio de investigação entre a postura dos magistrados e doutrinadores acerca das atuais mudanças no Código de Processo Penal acerca da Lei 13.964/2019.
- Avaliar a dinâmica polêmica que envolve a instrumentalidade do juiz das garantias no que diz respeito à imparcialidade e impunidade.

7 METODOLOGIA

A pesquisa científica é parte imprescindível para a produção e disseminação do conhecimento. Quando alguém se propõe a investigar e buscar respostas válidas acerca de alguma problemática, deve-se buscar métodos válidos, técnicas e procedimentos que possam garantir minimamente a veracidade da pesquisa científica. (SILVA, MENEZES, 2001; GIL, 2007).

A pesquisa a que se propõe neste projeto pode ser classificada como dedutiva, bibliográfica e documental, com perspectiva de análise explicativa e qualitativa. A justificativa de classificar a pesquisa como dedutiva, está no fato de que tal tipo de pesquisa permite a realização de estudos e levantamento de dados sobre o tema, com o objetivo final de encontrar resposta concisa e convincente ao problema apresentado. (MARCONI, 2007).

Em relação ao procedimento, a pesquisa será bibliográfica. Serão estudados artigos, livros, periódicos científicos pertinentes ao tema e pesquisa documental por meio de leis e jurisprudência, coletando dados válidos e direcionados ao tema investigado. Para Fonseca (2002) a pesquisa bibliográfica é necessária na realização de qualquer trabalho científico, pois

permite que o pesquisador obtenha conhecimento específico e mais abrangente sobre seu objeto de pesquisa.

Em relação aos objetivos da pesquisa, buscar-se-á apresentar os resultados de forma explicativa, qualificando o objeto da pesquisa e elucidando todas as inferências possíveis encontradas no decorrer do processo de pesquisa.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas	02/2022			
Elaboração do projeto	02/2022	05/2022		
Entrega do projeto final ao orientador e defesa		05/2022		
Reformulação do projeto e entrega à coordenação		06/2022		
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema	03/2022	06/2022		
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos			07/2022	
Análise e discussão dos dados			07/2022	
Elaboração das considerações finais			09/2022	10/2022
Revisão ortográfica e formatação do TCC				10/2022
Entrega das vias para a correção da banca				11/2022
Arguição e defesa da pesquisa				11/2022
Correções finais e entrega à coordenação				11/2022

9 ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	Correção e formatação	55	6,00	330,00
CUSTO TOTAL				330,00

Fonte de Recursos: O projeto será executado com recursos do próprio pesquisador.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, Gabriela Pinto. *O Sistema Processual Penal Brasileiro e o Artigo 156 do Código de Processo Penal: da concepção declarada à evidenciada*. UFRS, Porto Alegre: 2013. Disponível em. Acesso em: 12 Mar 2016.
- AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Processo Penal Esquematizado*. IBooks. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.
- BOSCHI, José Antônio Paganella. *Notas introdutórias ao PLS – Processo de código de processo penal*. Salvador, Juspodivm, 2012.
- BOTTINI, Pierpaolo. *Medidas cautelares: Projeto de lei 111/2008*. In MOURA, Maria Tereza Rocha Assis (Coord). *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei 11.690*, altera dispositivos do Código de Processo Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 9 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11690.htm#art1>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- CAPEZ, Fernando. *Dos princípios fundamentais. O projeto de Novo Código de Processo Penal*. Salvador: Juspodivm, 2012.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.
- FERNANDES, José. *Técnicas de estudo e pesquisa*. 4. ed. Goiânia: KELPS, 2001.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*-. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação latu sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENDONÇA, Andrey Borges de. 2008. *Os elementos produzidos durante o inquérito e as provas antecipadas, cautelares e irrepetíveis, segundo a reforma do CPP*. Por Revista da ESMP: Reforma processual Penal, São Paulo, v 2, n 1, julho/dezembro 2008.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Curso de processo penal*. IBooks. 19. Ed. Rev. E atual. São Paulo: Atlas, 2015.

PRADO, Geraldo. *Sistema Acusatório: a conformidade constitucional das Leis processuais penais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 109.

RANGEL, Paulo. *Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: visão crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005, p. 197.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Manual de orientação*. Florianópolis, 2001.

SOUZA, José Franklin de. *Normas fundamentais no processo civil*. Ebook. 2020. Disponível em:

<https://play.google.com/store/books/details/Normas_Fundamentais_No_Processo_Civil?id=1RV6DwAAQBAJ&hl=en_ZA&gl=US>. Acesso em: 12 out. 2021.